

al-masaka

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

IIª série #19 (tomo 2) Jan. 2015



Ânforas “Carrot”

evidência de um consumo
exótico na Lusitânia interior

O Povoamento da Região
de Reguengos de Monsaraz
nos IV e III milénios a.C.

A Cerâmica Comum Portuguesa
no Atlântico Norte
(séculos XVII-XVIII)



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Grupo de Trabalho de Arqueobotânica e Zooarqueologia

resultados da primeira reunião

João Pedro Tereso ^{xiii}, Cláudia Costa ^{xi}, Nelson José Almeida ^{iii, vi, ix},
Nelson Cabaço ^{iv}, João Luís Cardoso ^{v e viii}, Randi Danielsen ^{ii, xiii}, Simon Davis ⁱⁱ,
Cleia Detry ^{viii}, Cristiana Ferreira ^{iii, vi, ix}, Leonardo da Fonte, Sónia Gabriel ^{ii, xiii},
Ana Jesus, Joana Leite, Inés López-Dóriga ^{xiii}, Patrícia Marques Mendes ^{ii, xiii},
Vera Pereira ^{i, vi}, Luís Seabra ^{xii}, Maria João Valente ^{ix} e Filipe Costa Vaz ^{xiii}

INTRODUÇÃO

No dia 4 de outubro de 2014, realizou-se na sala Bustorff do Museu Nacional de Arqueologia ¹, em Lisboa, a primeira reunião geral de investigadores e profissionais das áreas científicas da Arqueobotânica e Zooarqueologia a trabalhar em Portugal. Esta reunião decorreu sob os auspícios da Associação Profissional de Arqueólogos (APA) e no seguimento do projeto promovido pela Comissão Europeia *DISCO2014 - Discovering the Archaeologists of Europe*, no qual Portugal participou através da APA (<http://www.discovering-archaeologists.eu>) ².

A reunião contou com a presença de 19 investigadores, os signatários desta informação, embora tenham sido contactadas 37 pessoas que realizaram em tempos recentes trabalhos nestas áreas, ainda que algumas não o tenham feito de forma continuada.



¹ Agradecemos ao Museu Nacional de Arqueologia, em especial ao seu diretor, o Dr. António Carvalho, pela cedência do espaço e a amabilidade com que nos acolheram.

² Relatório português em <http://www.discovering-archaeologists.eu/discovering-the-archaeology/portugal.HTML> (consultado em 2014-12-29).

RESUMO

Resultados da primeira reunião geral de investigadores das áreas científicas da Arqueobotânica e Zooarqueologia a trabalhar em Portugal, realizada em Outubro de 2014, no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). Identificando um conjunto de dificuldades comuns às duas disciplinas, os presentes decidiram criar um grupo de trabalho informal para fomentar o diálogo profissional e com as instituições universitárias, a tutela (administração central e regional), as empresas e a comunidade arqueológica em geral.

PALAVRAS CHAVE: Arqueobotânica; Zooarqueologia.

ABSTRACT

Results of the first general meeting of researchers in the fields of Archaeobotany and Zooarchaeology working in Portugal, which took place in October 2014 at the National Museum of Archaeology in Lisbon.

Having identified a set of difficulties in common, participants at the meeting decided to set up an informal work group to encourage dialogue among professionals and with universities, central and regional authorities, companies and the archaeological community at large.

KEY WORDS: Archaeobotany; Zooarchaeology.

RÉSUMÉ

Résultats d'une première réunion générale de chercheurs des domaines scientifiques de l'Archéo-botanique et Zoo-archéologie travaillant au Portugal, réalisée en octobre 2014, au Musée National d'Archéologie (Lisbonne).

Identifiant un ensemble de difficultés communes à leurs disciplines, les présents ont décidé de créer un groupe de travail informel pour nourrir le dialogue professionnel et avec les institutions universitaires, la tutelle (administration centrale et régionale), les entreprises et la communauté archéologique en général.

MOTS CLÉS: Archéo-botanique; Zoo-archéologie.

ⁱ CEACCP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

ⁱⁱ DGPC - Direção Geral do Património Cultural, LARC - Laboratório de Arqueociências.

ⁱⁱⁱ FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

^{iv} Omniknos - Arqueologia.

^v Universidade Aberta (Lisboa).

^{vi} Universidade de Coimbra, Centro de Geociências, GQP-CG - Grupo Quaternário e Pré-História.

^{vii} Universidade de Coimbra.

^{viii} Universidade de Lisboa, UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

^{ix} Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

^x Universidade do Algarve, FCHS - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

^{xi} Universidade do Algarve, ICAREHB - Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour.

^{xii} Universidade do Minho, ICS - Instituto de Ciências Sociais.

^{xiii} Universidade do Porto, INBIO - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Laboratório Associado / CiBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

A opção de uma reunião conjunta entre profissionais de Arqueobotânica e Zooarqueologia adveio da identificação prévia de um conjunto de dificuldades comuns a estas duas disciplinas no que respeita à sua afirmação no seio da Arqueologia portuguesa. Assim, foram definidos à partida os seguintes objetivos para esta reunião:

- Colocar os profissionais destas áreas em diálogo;
- Conhecer o enquadramento profissional e social dos profissionais a trabalhar em Portugal;
- Averiguar quais os principais condicionamentos à investigação e desenvolvimento da atividade profissional nestas áreas em Portugal;
- Identificar as principais lacunas na formação superior e formação contínua em Portugal no que respeita à Arqueobotânica e Zooarqueologia;
- Avaliar a posição da tutela face à implementação destas áreas científicas nos trabalhos de Arqueologia;
- Delinear recomendações à tutela, universidades, empresas de Arqueologia e arqueólogos a trabalhar em Portugal para a promoção destas áreas no âmbito dos trabalhos de Arqueologia.

No seguimento desta reunião, os investigadores presentes decidiram criar o Grupo de Trabalho de Arqueobotânica e Zooarqueologia (GTAZ), um grupo informal que tem como principal objetivo o diálogo com as instituições universitárias, a tutela (Direção Geral do Património Cultural e Direções Regionais de Cultura), as empresas de Arqueologia e a comunidade de arqueólogos portugueses em geral, ao mesmo tempo que tentará fomentar o diálogo entre os diversos profissionais a trabalhar nas arqueociências em Portugal. O GTAZ existe para a promoção da Arqueobotânica e da Zooarqueologia em Portugal, como forma de garantir o adequado estudo e valorização do Património arqueológico português nas suas mais variadas vertentes ³.

³ As opiniões emitidas são da responsabilidade exclusiva dos autores deste texto e não das instituições às quais estes estão vinculados.

CARACTERIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUEOBOTÂNICA E ZOOARQUEOLOGIA

A ampla maioria dos profissionais presentes na reunião tem menos de 40 anos de idade e tem uma formação de base em Arqueologia. Quatro investigadores têm formação de base em Biologia e um em Geologia (doutoramento com especialidade em Estratigrafia e Paleobiologia). Através dos elementos que participaram na reunião, constatamos que a maioria dos profissionais a trabalhar em Zooarqueologia e Arqueobotânica em Portugal partilham com a restante comunidade arqueológica a situação de precariedade laboral. A maioria dos investigadores presentes desenvolve a sua atividade em Arqueobotânica ou Zooarqueologia como bolsheiros de investigação ou trabalhadores independentes, podendo a sua situação alternar entre estas duas situações. Estavam presentes também dois docentes com vínculo a instituições de ensino superior e três técnicos superiores da tutela (a exercer fun-

ções no Laboratório de Arqueociências - LARC), ou seja, com vínculo laboral aos serviços de Administração Central. Contava-se ainda um investigador a realizar um estágio profissional e um elemento em situação de desemprego.

Tendo em conta a precariedade laboral da maioria dos colegas presentes na reunião, parece unânime a convicção de que, na atualidade, não é possível auferir de um rendimento estável trabalhando em exclusivo nestas áreas em Portugal.

A maior parte dos presentes obteve a sua licenciatura em Portugal, embora haja casos em que o contacto com estas arqueociências se deu através de programas Erasmus. Salienta-se o papel crucial da instalação do programa CIPA (Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências) no seio do Instituto Português de Arqueologia (extinto por decreto a 27 de Outubro de 2006) para a formação contínua de vários dos investigadores presentes, a manutenção e gestão das coleções de referência de qualidade e a garantia de acesso às mesmas por parte dos investigadores destas áreas. No decurso de várias remodelações institucionais operadas entretanto, as coleções de referência encontram-se agora sob a alçada da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), através do seu Laboratório de Arqueociências (LARC) – estrutura que mantém os princípios consagrados pelo CIPA (manter, gerir e autorizar o acesso às coleções de referência, realizar estudos, formar e apoiar investigadores na área das arqueociências).

PRINCIPAIS CONDICIONANTES AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Durante a reunião de especialistas em Arqueobotânica e Zooarqueologia foram definidas as principais condicionantes ao desenvolvimento e afirmação destas ciências em Portugal, das quais salientamos as seguintes:

- Falta de visibilidade e reconhecimento da atividade pela comunidade arqueológica nacional e, conseqüentemente, pela sociedade;
- Desconhecimento dos objetivos e metodologias básicas das arqueociências por parte da comunidade arqueológica;
- Fraca incorporação destas áreas no mundo universitário, empresarial e, de um modo geral, nas intervenções arqueológicas;
- Escassez de oferta formativa;
- Pouca exigência por parte da tutela no que respeita à incorporação das arqueociências nos trabalhos arqueológicos;
- Precariedade laboral na atividade da investigação científica.

A falta de visibilidade e reconhecimento social é um dos principais problemas da Arqueologia portuguesa. Parece evidente, assim, que estes problemas se agudizam no que respeita às arqueociências, nomeadamente na Arqueobotânica e na Zooarqueologia.

Porém, a situação das áreas aqui tratadas é particularmente grave, na medida em que os seus problemas de afirmação na Arqueologia por-

tuguesa traduzem a falta de reconhecimento da sua importância por parte dos diversos intervenientes da Arqueologia nacional, a começar pelos próprios arqueólogos. Esta situação traduz-se na escassez de investimento nas duas disciplinas e na sua esparsa inclusão nos trabalhos arqueológicos, decorram eles de intervenções de salvamento ou de projetos de investigação plurianuais. Neste sentido, embora se tenha verificado um incremento nos estudos de Arqueobotânica e Zooarqueologia desde as décadas de 1990 e 2000, parece evidente que este está muito longe de ser proporcional ao grande aumento de intervenções arqueológicas verificado durante esse período.

Paralelamente, é também necessário sensibilizar a comunidade arqueológica nacional para os princípios metodológicos e teóricos da Arqueobotânica e da Zooarqueologia. É, aliás, importante que as boas práticas metodológicas sejam iniciadas no trabalho de campo, nomeadamente nos procedimentos de amostragem, acondicionamento, etc. Estes são aspetos essenciais, não só para a realização do potencial interpretativo dos contextos arqueológicos e do contributo que estas arqueociências permitem, mas também para a afirmação destas disciplinas na Arqueologia nacional.

Os problemas supra mencionados devem-se, em parte, às deficiências de formação dos arqueólogos no âmbito das arqueociências, o que começa na sua fraca incorporação no âmbito do ensino universitário. De facto, em Portugal, são poucas as instituições universitárias que fornecem formação ao nível das licenciaturas e mestrados em Arqueobotânica e Zooarqueologia. Segundo os dados do projeto *DISCO2014*, a maior parte dos arqueólogos a exercer a profissão em Portugal foi formada nas universidades de Lisboa e Porto, embora nenhuma destas instituições ofereça, neste momento, qualquer formação consolidada ao nível das licenciaturas em Arqueobotânica e Zooarqueologia. A Universidade de Lisboa teve no passado recente cadeiras de Arqueofaunas e a Universidade do Algarve é a única a fornecer, atualmente, cadeiras de Zooarqueologia e Arqueobotânica ao nível da licenciatura.

Por outro lado, apesar de promover estudos de arqueociências através da abertura de um concurso anual com âmbito alargado a estudantes graduados e à comunidade arqueológica em geral, a realização de estudos de fauna e flora arqueológicas não se encontra contemplada entre as exigências da tutela junto dos promotores de obra, das empresas de Arqueologia e dos arqueólogos no âmbito dos Pedidos de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) e dos Projetos de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA), comprometendo dessa forma uma estratégia de desenvolvimento e incorporação dos estudos de fauna e flora na prática Arqueológica em Portugal.



FIG. 1 – Aspeto dos trabalhos.

Foto: Maria João Valente.

Esta situação acaba por ser paradoxal, tendo em conta que é no LARC que se encontra uma das melhores coleções de referência da Península Ibérica, e que o LARC responde, através dos seus técnicos, às diversas solicitações da comunidade arqueológica.

Os investigadores reunidos no GTAZ, que aqui se manifestam, estão convictos de que a combinação destes fatores conduz à perda irremediável de dados fundamentais para a interpretação dos sítios arqueológicos, que são irrecuperáveis. Em última análise, trata-se de uma situação que conduz a grandes perdas patrimoniais e científicas, já que limita o conhecimento sobre aspetos de natureza económica, social, cultural e biológica das populações ancestrais, bem como da sua relação e interação com o meio ambiente.

Deste modo, não é surpreendente que os poucos profissionais que trabalham nestas áreas o façam de forma precária, dependendo de bolsas de investigação ou trabalhando como independentes, sem dedicação exclusiva à investigação nestas disciplinas. O carácter precário da profissão de investigador destas áreas científicas poderá vir a custar à Arqueologia portuguesa uma geração de cientistas com grande potencial. Os impactos dessa precariedade serão muito negativos para a Arqueologia portuguesa, acabando também por exacerbar ainda mais o subdesenvolvimento das arqueociências em Portugal.

RECOMENDAÇÕES ÀS INSTITUIÇÕES E PROFISSIONAIS DE ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

No seguimento desta reunião fundadora, tendo em conta o cenário acima descrito, o GTAZ considerou crucial apresentar um conjunto de recomendações às instituições e profissionais a trabalhar em Arqueologia em Portugal. Estas recomendações cobrem diversos aspetos já focados neste texto, como a formação dos arqueólogos; a obrigatoriedade de incorporação de estudos preliminares de fauna e flora durante e após as intervenções arqueológicas; o enquadramento laboral dos especialistas.

O GTAZ considera que **a recolha de amostras e a realização de estudos de Arqueobotânica e Zooarqueologia deverá ser, por princípio, definida como obrigatória pela tutela e aplicável a todas as escavações arqueológicas.** Os signatários acreditam que só com estas medidas será possível evitar a irreparável perda de dados arqueológicos e paleobiológicos que persiste no âmbito das intervenções da Arqueologia portuguesa, na generalidade muito resistente à realização deste tipo de estudos. A tutela deve agir para que o carácter de obrigatoriedade seja aplicado de forma adequada aos trabalhos arqueológicos, bem como ao estudo subsequente. Tal deverá inserir-se num esforço mais amplo de regulamentação das práticas de campo, do conteúdo dos PATA e dos projetos PIPA, e dos relatórios das intervenções arqueológicas.

Considera o GTAZ que a tutela deve não só exigir que se façam estudos obrigatórios de Arqueobotânica e Zooarqueologia, mas também apontar quais os parâmetros básicos que devem cumprir estes estudos, nomeadamente no que diz respeito à correta recolha de amostras em campo e descrição dos seus contextos. Um caminho possível seria o estabelecimento de *Manuais de Boas Práticas*, à semelhança do que se verifica noutros países europeus, que regulem os procedimentos no campo. Neste sentido, salientamos que a APA manifestou recentemente a vontade de promover a elaboração de documentos desta natureza para diversas temáticas arqueológicas.

Um dos passos cruciais para a definição dos critérios básicos da realização de estudos de Arqueobotânica e Zooarqueologia seria a tutela definir de forma mais clara e detalhada quais os elementos que têm de constar num relatório e, assim, resolver o grande problema de falta de informações que satisfaçam um programa de estudos mais aprofundado, um problema que, aliás, é comum a diversas áreas da Arqueologia.

O desenvolvimento dos estudos obrigatórios de Arqueobotânica e Zooarqueologia no âmbito da Arqueologia de salvamento e nos projetos de investigação plurianuais deverá ser acompanhado pela inclusão destas áreas nos *curricula* universitários. A existência de arqueólogos com formação e sensibilidade para as arqueociências irá certamente incrementar os estudos destas áreas e melhorar a sua qualidade, uma vez que as suas fases iniciais, isto é, a recolha do material paleobiológico no campo, sairão beneficiadas.

No que respeita à formação, o GTAZ está convicto de que o contacto com as arqueociências na universidade é crucial para a captação de investigadores para estas áreas e, acima de tudo, para a sensibilização dos futuros profissionais de Arqueologia. A experiência atual, em especial na Universidade do Algarve, demonstra que o contacto com estas áreas em fases iniciais de formação poderá conduzir ao aparecimento de bons investigadores. Deste modo, **o GTAZ recomenda às universidades que garantam uma formação inicial em Arqueobotânica e Zooarqueologia no 1.º Ciclo (Licenciatura)**, devendo as mesmas continuar a fazer parte integrante dos *curricula* dos mestrados e doutoramentos, eventualmente perdendo o carácter obrigatório.

O GTAZ reconhece o papel do atual Laboratório de Arqueociências na história da Arqueobotânica e Zooarqueologia em Portugal e, como tal, considera que é conveniente garantir o seu desenvolvimento. O LARC tem coleções de referência essenciais para a investigação em Arqueobotânica e Zooarqueologia realizada em Portugal e para a formação de novos investigadores. O LARC conta ainda com um grupo de investigadores reconhecidos internacionalmente nas suas áreas de investigação. É, por isso, necessário melhorar as condições de trabalho dos investigadores deste laboratório, contemplando também a melhoria das condições de acesso dos investigadores externos e estudantes às coleções de referência e aos especialistas do LARC. Tal deverá implicar a disponibilização urgente de novas instalações.

É fundamental a formação de novos profissionais nas áreas da Arqueobotânica e Zooarqueologia. Esta permitirá potenciar e aumentar a qualidade científica da investigação arqueológica realizada em Portugal, criando novas competências e possibilidades profissionais. Considera-se crucial o papel da tutela nesta matéria.

A atividade profissional dos atuais e futuros investigadores e técnicos de Arqueobotânica e Zooarqueologia deve ser exercida em condições dignas e justas. Neste sentido, deve ser acautelada a situação da maior parte dos profissionais destas áreas, enquanto bolseiros ou trabalhadores independentes.

O GTAZ considera que **o regime de bolsas só deve ser aplicado quando está em causa a obtenção de um grau académico.** Como tal, não deve ser aplicado a investigadores doutorados nem a técnicos ou assistentes que se encontrem a assegurar serviço institucional, sendo mais justa a criação de contratos de trabalho. Esta é também a situação mais justa para a maioria dos trabalhadores dito “independentes”, pois estes normalmente não trabalham como verdadeiros *freelancers*, estando obrigados a um vínculo com as diversas instituições em que trabalham. As instituições públicas ou privadas devem promover adaptações que permitam esta alteração.

NOTA FINAL

O GTAZ - Grupo de Trabalho de Arqueobotânica e Zooarqueologia pretende com esta primeira comunicação assumir-se como um grupo cooperante com as diversas instituições e indivíduos envolvidos nas intervenções arqueológicas em Portugal.

Considerando que existem muitas lacunas ao nível da oferta formativa e legislação no que respeita às arqueociências em geral, e à Arqueobotânica e Zooarqueologia em particular, o GTAZ está disponível para apoiar e apresentar iniciativas que melhorem estes aspetos.

No futuro, o GTAZ irá promover ações concretas com vista à prossecução dos objetivos inerentes a este documento, sempre com vista à salvaguarda e promoção do Património português e dos profissionais de Arqueologia. 🇵🇹